



EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL POR MEIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ELABORAÇÃO DE PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO.

Daiana Góes Cavalcante – daianadgc@yahoo.com.br

Rayglon Alencar Bertoldo – rrgbertoldo@hotmail.com

Ellem C. M. de S. Contente – ellem_cont@hotmail.com

Lilyanne Rocha Garcez – lrgarcez@hotmail.com

Universidade Federal do Amazonas, Departamento de Hidráulica e Saneamento.

Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário. Bairro: Coroado I.

CEP 69.077-00 – Manaus – AM

Rubens Ferreira Filho – filhorub@hotmail.com

Universidade Federal do Amazonas, Prefeitura da Universidade.

***Resumo:** A experiência do Departamento de Hidráulica e Saneamento (DHS) da Faculdade de Tecnologia (FT) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em estágios supervisionados tem evidenciado o aperfeiçoamento do estudante em diversas áreas como o saneamento ambiental, os recursos hídricos, a hidráulica, e a engenharia de segurança que motiva os estudantes a desenvolverem um papel responsável dentro das questões de segurança do trabalho. Nesse aspecto, o presente artigo tem como objetivo abordar a experiência acadêmica e profissional, por meio da disciplina estágio supervisionado, na elaboração de um projeto de combate a incêndio para um centro de convivência. Vale destacar que na graduação, as disciplinas voltadas a essa área não dispõem de carga horária suficiente para expandir o conteúdo, principalmente no atinente às questões de proteção e combate a incêndio em edificações, justificando com isso a necessidade de utilizar a extensão do conhecimento por meio de instrumentos acadêmicos existente, a exemplo da disciplina estágio supervisionado, que representa uma atividade acadêmica importante na formação do estudante de engenharia, em especial do engenheiro civil. Tendo em vista a contribuição com a formação do engenheiro, o presente trabalho procura abordar os passos iniciais para a elaboração de um projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio.*

***Palavras-chave:** Engenharia civil, Estágio supervisionado, Prevenção e combate a incêndio.*

1. INTRODUÇÃO

O crescimento da construção civil no Brasil acarretou expressivo número de pessoas à procura do curso de engenharia civil nas universidades brasileiras. No Estado do Amazonas não tem sido diferente do contexto nacional com a formação de significativo número de profissionais na área.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o desenvolvimento do

Realização:

 **ABENGE**

Organização:



**O ENGENHEIRO
PROFESSOR E O
DESAFIO DE EDUCAR**



município de Manaus destaca-se, primordialmente, pela existência do Polo Industrial de Manaus (PIM), onde o setor de serviços apresentou o melhor desempenho na soma dos bens e serviços produzidos no Estado, e pela expressiva produção na Indústria da Construção Civil que ficou em segundo lugar (IBGE, 2006).

Nesse contexto e salientando o fato da cidade manauara encontrar-se em período de preparação para sediar a Copa Mundial de 2014, verifica-se a necessidade das universidades adotarem medidas que visem o aperfeiçoamento do curso de engenharia civil, objetivando a capacitação desse profissional nas suas diversas atribuições.

Assim, destacam-se os projetos voltados à segurança nas edificações, bem como em quaisquer obras civis, por meio do qual o trabalho em pauta limitou-se observar a deficiência na formação do engenheiro civil no atinente à elaboração de um projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio, exigido por legislações, no qual a gestão desse processo no Estado do Amazonas é realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM.

Pesquisas realizadas em visita técnica ao CBMAM apontam expressivo número de reprovação nos projetos protocolados na Diretoria de Serviços Técnicos do referido órgão, onde o corpo técnico de avaliação de projetos informa que tal ocorrência possivelmente decorra da formação deficitária do profissional habilitado a esse serviço.

Essa situação é ratificada por Seito *et al.* (2008), que apresenta resultados onde os currículos das faculdades de arquitetura e engenharia têm um conteúdo extenso e limitado sendo necessário uma profunda reformulação para a inserção de conteúdo que aborde o sistema de combate a incêndio, lamentando que os profissionais com essas deficiências em suas formações são os que projetarão e construirão os projetos dessa área, ocasionando perigo latente na proteção das edificações.

Em face disso, o presente trabalho tem por finalidade apresentar as primeiras etapas necessárias para elaboração de um projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio, focando aspectos relativos a legislações e normas, bem como critérios e/ou parâmetros de classificação da área utilizada para estudo. Outro ponto importante na abordagem do trabalho está em apresentar a iniciativa de estudantes do curso de engenharia civil da UFAM, que ao cursar a disciplina estágio supervisionado, buscam o aperfeiçoamento do conhecimento na área de engenharia de segurança, especificamente nesses projetos.

Essa situação é justificada, devido o conteúdo programático e carga horária da disciplina Higiene e Segurança do Trabalho (em fase de substituição pela disciplina Engenharia de Segurança) no curso de Engenharia Civil/UFAM, não comportar a ministração de tal conteúdo, abordando apenas noções gerais sobre o assunto. Assim, entende-se a necessidade de instrumentos acadêmicos para aperfeiçoar o conhecimento nessa área, ressaltando que é essencial para a legalização de uma edificação, estando entre as atribuições dos engenheiros civis.

Dessa forma, esse artigo contextualizará as atividades desenvolvidas na disciplina do estágio supervisionado, bem como serão demonstrados os primeiros resultados do objetivo final do estágio, que constitui na elaboração de um projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio.

2. METODOLOGIA

A matriz curricular do curso de Engenharia Civil da UFAM possui a disciplina Higiene e Segurança do Trabalho (HST), codificada pela sigla FTH 053 e carga horária de 60 horas, aborda apenas noções gerais de combate a incêndio. Observou-se que alguns acadêmicos que



cursaram a disciplina procuraram ampliar o conhecimento nessa área e aperfeiçoar a sua formação profissional na possibilidade de capacitação no contexto legal e técnico referente aos projetos de instalação de prevenção de combate a incêndios.

O contato com o conteúdo mencionado e o esclarecimento da legalidade de uma edificação, segundo instrução recebida para obtenção da aquisição do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) para obtenção do Alvará de Funcionamento ou Habite-se da obra, foram elementos de escolha para o presente trabalho, utilizando como instrumento didático pedagógico a disciplina estágio supervisionado. O vínculo do estágio com o projeto foi estabelecido com orientação e supervisão de professores do DHS e que ministram a disciplina supracitada.

O desenvolvimento do estágio supervisionado, conforme modelo institucional, iniciou-se a partir da definição do plano de atividades, o qual delimita título, etapas e cronograma. Na sequência, definiu-se o sumário e agenda de orientação para as atividades previstas, seguindo as ações estabelecidas no plano de atividades. As tarefas designadas foram:

- Levantamento de referencial teórico, legislações e normatizações atinentes à regularização de ocupações relacionadas à segurança contra incêndio e pânico em edificações e áreas de risco;
- Seleção da área de estudo;
- Caracterização e classificação da área de estudo de acordo com os tipos de ocupações (residencial, comercial, reunião de público etc.);
- Classificação da ocupação quanto à altura edificada;
- Classificação da edificação quanto à área de ocupação;
- Classificação dos riscos da edificação quanto à carga de incêndio;
- Definição das medidas de segurança contra incêndio, visando proporcionar meios e condições de acesso para o controle e extinção de incêndio à edificação, conforme escopos de aprovação do projeto no CBMAM;
- Determinação dos critérios de segurança, em concordância com Decreto nº 24.054/04 que apresenta a Tabela 4C para Edificações inseridas no Grupo C com área superior a 750 m² ou altura superior a 12,00 m.
- Elaboração do croqui de situação da edificação avaliada;
- Dimensionamento do projeto de combate a incêndio, em conformidade com as diretrizes do CBMAM para a concessão do AVCB necessário à aquisição do alvará de funcionamento da edificação referenciada;
- Elaboração do projeto de combate a incêndio;
- Preenchimento do memorial descritivo conforme modelo do CBMAM.

Para a proposta apresentada cabe ressaltar que o estudo em pauta foi fundamentado sobre aspectos teóricos, sendo a abordagem do presente artigo voltada à pesquisa de referenciais legais e bibliográficos, fazendo-se referência à apresentação e discussão de alguns parâmetros técnicos, constantes nos primeiros itens acima listados. O conteúdo abordado na metodologia de trabalho descrito é parte integrante do relatório da disciplina estágio supervisionado a ser concluído pelos discentes matriculados no 1º semestre de 2012.

3. RESULTADOS

Os resultados apresentados encontram-se orientados sobre o estágio atual de elaboração do projeto de prevenção e combate a incêndio, dando enfoque aos aspectos relacionados à



legislação e normas atinentes ao assunto, bem como critérios e/ou parâmetros de definição e classificação da área utilizada para estudo.

3.1. Aspectos legais e normativos

Segundo Seito *et al.* (2008) e Brentano (2010), os grandes incêndios ocorridos no início da década de 1970 suscitaram a preocupação global em elaborar regimentos e normas concernentes a proteção e combate ao fogo em edificações. O cenário mundial aponta como principais aspectos de evolução em estudos nessa área, os grandes incêndios ocorridos nos Estados Unidos da América (EUA) o qual levaram a óbitos expressivo número de pessoas e a segurança contra incêndio era difundida com ênfase na proteção ao patrimônio. Tal informação se ratifica no fato dos membros da associação norte-americana, que elaboravam as exigências de medidas de proteção contra o fogo da National Fire Protection Association (NFPA), serem oriundos de companhias de seguro que objetivavam resguardar o patrimônio.

No contexto nacional, apontam-se como referência os municípios do Estado de São Paulo, onde sucedeu número relevante de incêndios. Segundo Brentano (2010), os grandes incêndios ocorridos nas décadas de 70 e 80 do século passado no Brasil, sobretudo na cidade de São Paulo, foram os fatores fundamentais para a geração de normas, diretrizes e outras exigências que tornassem as edificações mais seguras.

Assim, devido aos grandes incêndios ocorridos e a falta de regularização de ocupações referentes à segurança contra incêndio e pânico em edificações e áreas de risco, houve a necessidade de elaborar legislações alusivas a um sistema de proteção e combate a incêndio. No âmbito da pesquisa realizada, obteve-se um leque de referenciais técnicos e normativos atinentes à regularização de ocupações em edificações e áreas de risco.

Os primeiros normativos brasileiros dentro dessa linha foram redigidos por empresas seguradoras, que visavam unicamente à segurança do patrimônio. Todavia, com o decorrer dos grandes incêndios salientados, houve a escrita de expressivo número de normas e, principalmente, leis estaduais e municipais, que transcorrem até hoje. Porém, essas leis apresentaram algumas discordâncias entre si, particularmente no que tange às leis estaduais e aos regulamentos federais (Brentano, 2010).

Dentro desse aspecto, o trabalho em pauta teve como primeira atividade a delimitação da cadeia de documentos legais em âmbito federal e estadual, conforme apontado na Figura 1, exemplificando a linhagem de leis e normativos que regem a proteção contra incêndio no Estado do Amazonas.

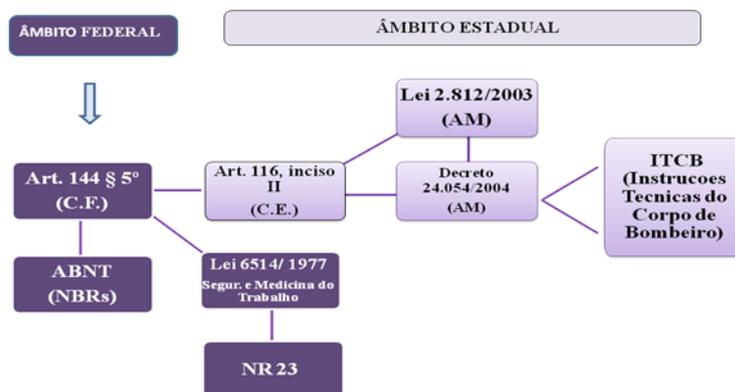


Figura 1 - Fluxograma da legislação federal e estadual.



É importante enfatizar que o fluxograma da Figura 1 não indica hierarquia, e sim um esquema com a finalidade de apresentar os aspectos legais e normativos existentes em escala nacional e estadual dentro da abordagem do texto.

Relata-se, deste modo, a inexistência de uma lei ou código federal que aborde a segurança contra incêndio, existindo somente a Lei federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que trata da segurança e medicina do trabalho e atribui ao ministério do trabalho à incumbência de estabelecer disposições complementares, que são feitas por meio das normas regulamentadoras (NR) descritas na Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 (PEREIRA, 2009).

Nessa abordagem ressalta-se que a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), dispõe de 74 normas referentes a combate a incêndio, que se configuram como padrões a serem adotados. Porém, essas normatizações não têm poder de lei, pois são documentos que fornecem para uso comum, regras, diretrizes ou características para atividades ou resultados propendendo obter um grau ótimo de ordenação em um determinado contexto, ao passo que a lei é um documento contendo preceitos de caráter obrigatório, visando, normalmente, assegurar aspectos concernentes à saúde, segurança ou meio ambiente.

As normas da ABNT são, normalmente, a opção mais favorável para a orientação na elaboração de um projeto de combate a incêndio, devido à definição e explanação das medidas de proteção e seus respectivos parâmetros e por terem considerável respaldo técnico para a elaboração e revisão periódica de suas normas. Entretanto, os princípios da Norma Regulamentadora 23 (NR 23), que aborda a Proteção Contra Incêndio, não devem ser desobedecidos, pois são amparados pela Lei nº 6.514/1977, que constitui a Consolidação das Leis do Trabalho.

Antes da última atualização da NR 23 havia conflitos em alguns itens com as normas da ABNT pertinentes a este assunto, gerando dificuldades no meio profissional, uma vez que a descrição contida nas ABNT é mais específica e detalhada, porém, não amparada por lei e, a NR 23 explorava a proteção contra o fogo de forma superficial, com parâmetros restritos que muitas vezes se sobrepunham aos das normas da ABNT.

Com a atualização das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho em 2011, a NR 23 teve a redução de suas laudas para somente uma página, designando que as edificações devem possuir medidas de prevenção contra incêndios em conformidade com as normas técnicas e às legislações estaduais.

Na legislação estadual, verificou-se que o estado amazonense contempla em seu acervo legislativo uma lei (Lei nº 2.812, de 17 de julho de 2003), que ordena a implantação de sistemas de proteção em acordo com as normas vigentes e um decreto (Decreto nº 24.054, de 1 de março de 2004), que regulamenta o Sistema de Segurança contra Incêndio e Pânico em Edificações e Áreas de Risco, instituído pela elucidada lei. Esse decreto elenca as medidas de proteção para cada tipo de ocupação e delega ao Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas a elaboração de Instruções Técnicas (IT) com parâmetros de dimensionamento para um projeto de combate ao incêndio.

Com isso, a proposta de elaborar um projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio terá como base legal as orientações da legislação estadual e suas inúmeras instruções técnicas adotadas pelo órgão local responsável, a fim de avaliar os projetos nesse âmbito e conceder o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, exigido pela Prefeitura Municipal de Manaus para a concessão do alvará de funcionamento do estabelecimento ou habite-se conforme a ocupação da edificação.



3.2. Área de estudo

Para a seleção da área de estudo foram utilizados critérios de localização e pluralidade de atividades, com os objetivos de favorecer a logística dos acadêmicos envolvidos no estágio e possibilitar uma gama de informações para esses acadêmicos. Assim, para acordar com os critérios estabelecidos, escolheu-se para estudo o Centro de Convivência da UFAM, localizado no Setor Norte do campus universitário, conforme indicado na Figura 2.



Figura 2 - Localização da área de estudo.

Fonte: Google Earth, 2012.

Essa edificação está em fase de construção e sua escolha justificou-se inicialmente pela viabilidade de localizar-se no próprio ambiente acadêmico, facilitando à obtenção de informações e documentos necessários à elaboração do projeto de instalações de prevenção e combate a incêndio, não necessitando de deslocamento físico dos estudantes para obtenção de dados necessários ao projeto técnico. Nesse aspecto, a prefeitura do campus universitário pôde contribuir com o fornecimento de elementos essenciais, tais como o projeto arquitetônico e as curvas de nível do terreno, que são fundamentais para as etapas iniciais de desenvolvimento do projeto e definição de medidas de segurança, conforme legislações.

O segundo aspecto que objetivou a escolha do projeto arquitetônico desse porte desencadeou-se pelo fato de elaborar um projeto de um edifício de ocupação mista, que segundo o Decreto nº 24.054/04, constitui-se na edificação que abriga mais de um tipo de ocupação, o que sugeriu a abordagem de um projeto com amplo conhecimento na área. Deste modo, as atividades projetadas no espaço apresentado são diversificadas entre: restaurantes universitários (RU), cantinas, bancas de revistas, livrarias, reprografias, hall de exposição de trabalhos, espaço destinado à convivência, posto do Sindicato das Empresas de Transporte de Manaus (SINETRAM), agência bancária, Centro de Atenção Integral a Saúde (CAIS), sala de apoio a estudantes e academia.



3.3. Etapas iniciais para desenvolvimento do projeto de combate

Na elaboração de um projeto técnico de instalações de prevenção e combate a incêndio, o seguimento de algumas etapas prementes são essenciais, pois o projeto deve atender na íntegra as exigências da legislação específica do Corpo de Bombeiros.

Assim, com a obtenção do projeto arquitetônico na prefeitura do campus universitário, foram analisadas as classificações da obra a ser edificada, conforme Decreto nº 24.054/04, que regulamenta a classificação e áreas de risco para edificações do Estado do Amazonas. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificações da edificação segundo legislação estadual.

OCUPAÇÃO		ALTURA		ÁREA	CARGA DE INCÊNDIO (MJ/m ²)	
(1) Ocupação predominante	Comercial	Tipo	II	Área > 750m ²	Risco	Médio
(2) Divisão	C2	Denominação	Edificação Baixa	-	300 ≤ qfi ≤ 1200	
(3) Descrição	Comércio com média carga de incêndio	H ≤ 6,00m		-	-	
(4) Uso	Drogarias/Livrarias	Observação: H = 3,60m		Área Total = 9.900,02 m ²	Observação: qfi = 1000MJ/m ²	

Conforme apresentado na Tabela 1 observa-se que a edificação, conceituada como mista, teve as seguintes características:

- Classificação quanto à ocupação: predominantemente comercial;
- Classificação quanto à carga de incêndio: dimensionada para a atividade - uso de maior carga de incêndio, respeitante à ocupação comercial C-2/drogarias e livrarias, no qual se obteve uma energia de 1000 MJ/m², conforme Anexo A da IT nº 14/11. Dessa forma, classificou-se o projeto como edificação de risco médio, compreendendo o intervalo de carga entre 300 e 1.200 MJ/m².

É importante salientar que as classificações alocadas na Tabela 1, são procedimentos precípuos para a obtenção das medidas de segurança exigidas para a edificação proposta, conforme regulamento estadual.

3.3. Critérios iniciais

Diante das informações apresentadas definiram-se as medidas de segurança necessárias para a edificação, considerando que a classificação de ocupação da atividade foi enquadrada no maior risco e como a edificação encontra-se na divisão C-2 e altura $H \leq 6,00$ m, as medidas de segurança que devem constar para dimensionamento do projeto são:

- Segurança estrutural nas edificações;
- Compartimentação horizontal;
- Controle de materiais de acabamento;
- Saídas de emergência;
- Brigada de incêndio;



- Iluminação de emergência;
- Alarme de incêndio;
- Sinalização de emergência;
- Extintores;
- Hidrantes e mangotinhos.

A partir dessa etapa que abrangeu a classificação e definição das medidas de segurança, os estudantes envolvidos na disciplina estágio supervisionado, que abordou esse tema, darão continuidade ao desenvolvimento do projeto, no qual irão concluir o dimensionamento das instalações de prevenção e combate a incêndio, os desenhos necessários e o memorial de cálculo do projeto final, em conformidade com as normas e instruções técnicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de referencial teórico a cerca do escopo do trabalho expôs a diversidade de normas nacionais e leis estaduais existentes, o que ocasionou por muito tempo, contradições e sobreposições de parâmetros no dimensionamento de projetos de combate a incêndios. Com a última atualização das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, verificou-se o avanço da NR 23 em apontar as normas técnicas, bem como as legislações estaduais como referências a serem adotadas, contudo, observou-se que as normas da ABNT conflitam em muitos casos com as legislações estaduais, o que leva o presente estudo a sugerir a elaboração de uma lei federal que determine regras consolidadas para projeto de combate a incêndio ou, então, que as NRs referenciem a Associação Brasileira de Normas Técnicas como padrão de conformidade a ser adotado, de forma a unificar as medidas e parâmetros no território brasileiro.

Na perspectiva do estudo apresentando, verificou-se a contribuição que a disciplina estágio supervisionado vem oferecendo aos acadêmicos de engenharia civil, contribuindo com um conhecimento que não seria obtido, caso não optassem por direcionar o estágio para essa área, visto que não existem disciplinas que abordem proteção e combate a incêndio na grade curricular do referido curso.

Recomenda-se a implantação de disciplinas específicas ou aumento na carga horária da disciplina Higiene e Segurança do Trabalho, para que esse significativo conteúdo seja ministrado aos futuros engenheiros civis, ressaltando que além da importância do projeto de proteção na preservação da vida e patrimônio, este é um passo relevante para a legalização de uma edificação.

Sugere-se a possibilidade de parcerias da Universidade Federal do Amazonas com o órgão responsável pela avaliação de projetos dessa espécie (CBMAM), validando o resultando final do projeto técnico dos aspirantes de engenharia, com a emissão de atestado ao estudante.

Contudo, diante do cenário apresentado, verificou-se que o projeto supracitado, depois de concluído, proverá contribuição institucional significativa, uma vez que se disponibilizará o relatório de estágio para os aspirantes de engenharia, cujo relatório abordará todo o procedimento para a elaboração de um projeto de prevenção e combate a incêndio, explorando cada tipo de ocupação, conforme legislação estadual pertinente e Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas.

Outro fator importante que deve ser destacado como resultado na experiência dos estudantes envolvidos no presente trabalho foi à integração deste com o Programa de



Extensão em Saneamento no Amazonas (PESA) do DHS, aprovado junto ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu) e Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI/UFAM), por meio do Laboratório de Hidrologia que busca apoiar as ações de ensino, extensão e pesquisa realizadas no DHS.

Agradecimentos

À Universidade Federal do Amazonas, ao Departamento de Hidráulica e Saneamento, à Prefeitura do Campus Universitário e ao Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRENTANO, Telmo. A proteção contra incêndios no projeto de edificações. 2. ed. Porto Alegre, 2010.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Carga de incêndio nas edificações e áreas de risco. Instrução Técnica nº 14. São Paulo, 2011.

DECRETO nº 24.054 de 1º de março de 2.004. Regulamento do sistema de segurança contra incêndio e pânico em edificações e áreas de risco.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Norte e Nordeste ganham participação no PIB do país. 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=734> Acesso em: 09 junho 2012.

GOOGLE EARTH. **Informação geográfica mundial. 2012.** Disponível em: <http://www.google.com/intl/pt-PT/earth/index.html> Acesso em: 09 junho 2012.

LEI ESTADUAL nº 2.812, de 17 de Julho de 2.003. Sistema de segurança contra incêndio e pânico em edificações e áreas de risco.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Proteção contra incêndios: NR 23. Brasília, 2011.

PEREIRA, Anderson Guimarães. Segurança contra incêndios. São Paulo: LTr, 2009.

SEITO, Alexandre Itiu; GILL, Alfonso Antônio; PANNONI, Fábio Domingos; ONO, Rosaria; SILVA, Silvio Bento; CARLO, Ualfrido Del; SILVA, Valdir Pignatta. A segurança contra incêndio no Brasil. São Paulo: Projeto Editora, 2008.



ACADEMIC AND PROFESSIONAL EXPERIENCE THROUGH SUPERVISED TRAINING: FIRE FIGHTING PROJECT DEVELOPMENT

Abstract: *The experience of the Department of Hydraulic and Sanitation (DHS), Faculty of Technology (FT) of Universidade Federal do Amazonas (UFAM) in supervised internships has shown the improvement of the student in various areas such as environmental sanitation, water, hydro, and safety engineering that motivates students to develop a responsible role in matters of safety. In this respect, this article aims to address the academic and professional experience, through the discipline of supervised training, the preparation of a draft fire fighting for a daycare center. It is noteworthy that at graduation, the courses focused on this area do not have enough hours to expand the contents, especially with regard to issues of protection and fire fighting in buildings, thereby justifying the need for the extension of knowledge through existing academic tools, such as the discipline that represents a supervised academic activity important in the formation of an engineering student, in particular the civil engineer. Considering the contribution to the development of the engineer, this study seeks to address the initial steps for developing a facility design prevention and fire fighting.*

Key-words: *Civil Engineering, Supervised, prevention and fire fighting.*